

diligência, conforme o art. 27, §3º, inciso I da Resolução n.º 07/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo os autos serem remetidos à Promotoria de Justiça de origem para que cumpra as diligências descritas no voto do Conselheiro Relator.

1.2.3. Processo nº 000120-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Não informado

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Investigar possíveis irregularidades apontadas no relatório de fiscalização nº 81/2008, expedido pela AGE

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado n.º 03 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.4. Processo nº 000227-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém - PMB

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas irregularidades contratação de servidores de Procuradores Municipais sem prévia aprovação em concurso público

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado n.º 03 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.5. Processo nº 002303-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Imprensa Oficial do Estado Do Pará - IOEPA

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na gestão de recursos da Imprensa Oficial constatadas pela Auditoria Geral do Estado - AGE Nº 012/2011.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado n.º 03 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.6. Processo nº 000675-138/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de São Domingos do Araguaia

Origem: Promotoria de São Domingos do Araguaia

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na gestão atual da Prefeitura de São Domingos do Araguaia.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado n.º 03 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.7. Processo nº 000050-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): José Antônio Fortes Ribeiro

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Irregularidades cometidas por servidor na SESMA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento e pela devolução dos autos, à Promotoria de Justiça de origem, para que lá sejam arquivados, conforme entendimento da Súmula n.º 002/2017 e do Enunciado n.º 18, ambos do CSMP.

1.2.8. Processo nº 000129-150/2014

Requerente(s): AGE e SEDES

Requerido(s): SEDES

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Investigar possíveis irregularidade em dispensas de licitação constatadas pela Auditoria Geral do Estado - AGE.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado n.º 03 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.9. Processo nº 000653-073/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Adilson da Silva e Pablo Raphael Gomes Genuino

Origem: 6º Cargo da Procuradoria de Justiça Criminal

Assunto: Apurar suposta aplicação irregular de recurso públicos FUNDEB

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ao Ministério Público Federal, devendo os autos serem remetidos com a devida urgência, para que sejam adotadas as providências cabíveis por força do art. 109, I da CF/88.

1.2.10. Processo nº 000315-151/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Carlos Gomes - FCG

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Irregularidades no Contrato nº 011/2010 celebrado entra a Fundação Carlos Gomes e Sidney Molina Júnior.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado n.º 03 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.11. Processo nº 000286-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará - UEPA

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidade na dispensa de licitação nº 146/2017, na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de bilhetes de passagens aéreas, rodoviárias, fluviais, para atender às viagens a serviço da Universidade do Estado do Pará - UEPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, converteu o julgamento em diligência, conforme o art. 27, §3º, inciso I da Resolução n.º 07/2019-CPJ, devendo os autos serem remetidos à Promotoria de Justiça de origem para que cumpra as diligências descritas no voto do Conselheiro Relator.

1.2.12. Processo nº 001043-036/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Wanderson Nascimento Pereira

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possível infração ambiental consistente na prática de poluição sonora

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.13. Processo nº 004421-040/2019

Requerente(s): Denúncia Anônima

Requerido(s): Melo Recepções

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar suposta ocorrência de poluição sonora praticada pelo estabelecimento "Melo Recepções"

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado n.º 03 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.14. Processo nº 000281-750/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Moju

Origem: 2ª PJ de Moju

Assunto: Apurar suposta irregularidade na propositura de propostas para a Conferência Nacional de Saúde, pela Secretaria Municipal de Saúde de Moju

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado n.º 03 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.15. Processo nº 000089-200/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): EEEFM Luiz Nunes Direito, EEEFM Profª Erotildes Frota Aguiar, EEEFM Rainha Da Paz, EEEFM Novo Horizonte, EEEFM Profª Izabel Amazonas

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar supostas irregularidades na Constituição dos Conselhos das Escolas Estaduais no Município de Ananindeua-Pa.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado n.º 03 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.16. Processo nº 000288-151/2014

Requerente(s): Ministério Público Federal

Requerido(s): Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Urbanismo - SEDURB

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no contrato administrativo nº 020/2008.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 23, I da Lei n.º 8.429/92 e Enunciado n.º 04 do Conselho Superior do MPPA.

Itens 1.2.1 a 1.2.16 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves (relator), Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.3. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO:

1.3.1. Processo nº 000243-151/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar a denúncia de que a Sra. Juliana Maria Zaire Fonteles de Lima seria servidora fantasma da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA)

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e no art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03 do CSMP, ante insuficiência de provas de atos de improbidade administrativa.

1.3.2. Processo nº 000134-151/2018

Requerente(s): Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJE/PA

Requerido(s): Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas irregularidades no Programa "Cheque Moradia" em diversos Municípios do Estado do Pará

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e no art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03 do CSMP, ante insuficiência de provas de atos de improbidade administrativa.

1.3.3. Processo nº 000300-151/2015

Requerente(s): Ouvidoria do MPE/PA

Requerido(s): Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa